



GERENCIAMENTO DE RISCOS

PILAR 3

2° TRIMESTRE 2025



Banco Bmg S/A

O Comitê de Basileia de Supervisão Bancária regula a atuação do segmento bancário, com uma estrutura conhecida como “os três pilares”:

Pilar 1 – Requerimento de Capital: define os padrões mínimos de capital a serem requeridos dos bancos, bem como as metodologias a serem utilizadas na mensuração dos riscos de crédito, de mercado e operacional.

Pilar 2 – Processo de Supervisão: estabelece os princípios de atuação dos supervisores do sistema bancário e define critérios para tratamento dos riscos não cobertos pelo Pilar 1. Os processos de gerenciamento de riscos também são contemplados nesta parte das orientações.

Pilar 3 – Disciplina de Mercado: recomenda aos bancos a ampla divulgação de um conjunto básico de informações, de modo que os participantes do mercado financeiro possam realizar avaliações bem fundamentadas dos riscos em que incorrem essas instituições.

Este Relatório atende às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária, em conformidade ao estabelecido na **Resolução BCB Nº54**, (Pilar 3 – Disciplina de Mercado) e regulamentações posteriores.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Apresentamos, a seguir, o relatório de Gerenciamento de Risco do Conglomerado Prudencial do Bmg, que detalha a estrutura e ações de gerenciamento voltadas ao ambiente de Gestão de Capital, Risco de Mercado, de Liquidez, de Crédito e Operacional.

Esta informação tem como base o trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Índice

1. Introdução	1
2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital.....	2
2.1 Descrição das Estratégias de Gerenciamento De Riscos	2
2.2 Risco de Mercado.....	8
2.3 Risco de Liquidez	11
2.4 Risco de Crédito.....	13
2.5 Risco Operacional	16
2.6 Risco Social, Ambiental e Climático.....	17
3. Informações Patrimoniais	18
3.1 Balanço Patrimonial.....	18
3.2 Informações Patrimoniais das Instituições Consolidadas.....	18
3.3 Participações Societárias Relevantes.....	19
3.4 Resolução CMN nº4.966/21	19
4. Adequação do Patrimônio de Referência.....	19
4.1 Detalhamento do Patrimônio de Referência	20
4.2 Letras Financeiras Subordinadas elegíveis a capital	20
5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).....	20
5.1 Índice de Basileia (IB); Índice de Nível I (IN1); Índice de Capital Principal (ICP) e Adicional de Capital Principal	22
5.2 IRRBB	24
6. Exposição ao Risco de Crédito.....	25
6.1 Principais Exposições ao Risco de Crédito.....	25
6.2 Cem Maiores Exposições	26
6.3 Evolução da Carteira	26
6.4 Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito.....	27
7. Risco de Mercado	28
7.1 Carteira de Negociação	28
7.2 Instrumentos Financeiros Derivativos	28
7.3 VaR – Conglomerado Prudencial do Bmg	28
7.4 Análise de Sensibilidade.....	29
Anexos – Tabelas Resolução BCB N°54/20	30
Tabela CC1 - Composição do Patrimônio de Referência (PR)	30
Tabela CCA - Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)	34
Tabela KM1 - Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais	45
Tabela OV1 - Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA).....	46
Tabela CR1 - Qualidade creditícia das exposições	46
Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal	47
Tabela MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado.....	47

1. Introdução

O gerenciamento de capital para cobertura de riscos é um processo contínuo de monitoramento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, para preservar a integridade e a independência dos processos.

Os acionistas e administradores do Conglomerado Prudencial do Bmg consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno para instituição.

O Conglomerado Prudencial do Bmg, em atendimento às melhores práticas e condução do gerenciamento de riscos, permanentemente desenvolve políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição aos riscos inerentes as suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Em 2017, com a edição da Resolução CMN nº 4.557 de 23/02/2017, foi aprofundado o processo de análise integrada dos riscos, com criação da Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, incluindo a Declaração de Apetite a Riscos (RAS), e também instituindo o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC), com participação e acompanhamento contínuo pela Alta Administração.

Este documento visa a possibilitar o acesso às informações de gerenciamento de riscos da instituição, apresentando de forma detalhada e clara as políticas de gestão do risco e metodologias utilizadas na avaliação da adequação do capital.

2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

Para o Conglomerado Prudencial do Bmg, a gestão de riscos é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado Prudencial do Bmg tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos inerentes às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Neste contexto, o Conglomerado Prudencial do Bmg gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, de crédito e operacional - com ações específicas para cada um, descritas abaixo:

2.1 Descrição das Estratégias de Gerenciamento De Riscos

Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O Conselho de Administração do Bmg é responsável pelo direcionamento da estratégia de negócios. As definições para a Declaração de Apetite a Riscos (RAS) são feitas a partir do seguinte posicionamento do Conselho de Administração:

“Somos um banco focado predominantemente no mercado de varejo brasileiro, com objetivo de oferecer a nossos clientes uma gama de produtos e serviços financeiros de alta qualidade. Resaldados por nossa cultura de gerenciamento de riscos, operamos com rigoroso padrão ético e de atendimento regulatório, buscando resultados expressivos, consistentes e sustentáveis, valorizando o relacionamento de longo prazo com o cliente, a avaliação e o apreçamento corretos dos riscos, a manutenção de fontes pulverizadas de captação e a eficiência na utilização do capital.”

Partindo dessa declaração, que destaca a relevância do adequado gerenciamento e apreçamento dos riscos, foram definidas dimensões, cada uma composta por métricas associadas aos principais riscos envolvidos, com objetivo de municiar a Alta Administração com uma visão ampla de nossas exposições, bem como definições claras de apetite a riscos para cada uma das dimensões. Tais definições de apetite a risco são revistas ao menos anualmente, podendo variar conforme as diretrizes estratégicas da Alta Administração e o contexto econômico e de mercado.

Quanto ao Risco de Contágio, é abordado em nosso processo de gerenciamento, juntamente com os Riscos de Crédito e de Imagem. Nas análises de risco de crédito, são examinadas possibilidades relacionadas a possível deterioração de determinado fator de risco (exemplo: situação fiscal de entes subnacionais) que possam fazer com que uma situação de maior risco de traduza de uma contraparte para outra (exemplo: do ente A para o ente B). Nas análises de risco de imagem, são examinadas possibilidades de deteriorações em parceiros de negócio ou em outras empresas do grupo que possam gerar impactos para o Bmg, e discutidas ações para mitigação de riscos reputacionais.

Outras empresas do grupo envolvem: controladas, coligadas e demais entidades (detidas direta ou indiretamente pelas controladas ou coligadas).

O Risco Socioambiental também é abordado junto aos Riscos de Crédito e de Imagem. A associação com clientes que possuam práticas de impactos ambientais e/ou sociais negativos pode prejudicar a reputação e a marca do banco. Além disso, a materialização desse risco pode impactar a capacidade financeira dos clientes, comprometendo sua capacidade creditícia, e/ou deteriorar garantias e colaterais concedidos em operações de crédito.

- Dimensão da Capitalização: estabelece que o Bmg deve ter capital suficiente para estar protegido durante uma grave recessão ou um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do Bmg, em situação normal e em estresse. O Bmg declara Baixo Apetite a Riscos nesta dimensão.
- Dimensão de Liquidez: estabelece que a liquidez do Bmg deve ser suficiente para garantir a sustentabilidade dos fluxos de caixa futuros durante períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez. O Bmg declara Baixo Apetite a Riscos nesta dimensão.
- Dimensão de Composição dos Resultados e Riscos: define que os negócios são focados principalmente no mercado de varejo bancário brasileiro, onde o Bmg atua com uma gama diversificada de clientes e produtos, buscando fornecer as melhores soluções com baixo apetite por volatilidade de resultados e mantendo criterioso monitoramento dos riscos de crédito, mercado, e o risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB), inclusive sobre as exposições existentes em outras empresas do

grupo (risco de contágio). Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, com acompanhamento gerencial dos resultados e das exposições globais a riscos de crédito e de mercado. O Bmg declara Moderado Apetite a Riscos nesta dimensão.

- Dimensão do Risco Operacional: estabelece que o Bmg deve possuir controles adequados para limitar possíveis perdas relacionadas a eventos de risco operacional. É monitorada através do acompanhamento dos controles de riscos operacionais. O Bmg declara Baixo Apetite a Riscos nesta dimensão.
- Dimensão de Reputação: aborda riscos que possam afetar negativamente o valor da marca Bmg e a imagem da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e o público em geral, inclusive advindos de parceiros de negócio ou outras empresas do grupo (risco de contágio). É monitorada através do acompanhamento da satisfação dos clientes, da exposição nas mídias e da avaliação da adequação a normas e políticas internas. O Bmg declara Baixo Apetite a Riscos nesta dimensão.
- Dimensão de Cyber Segurança: através do processo de Gestão de Riscos são estabelecidas diretrizes para identificar, avaliar, monitorar e tratar os riscos de segurança a que o Grupo financeiro Bmg está potencialmente exposto, visando proteger as informações e manter as operações dentro dos limites de apetite de risco aceitáveis e em conformidade com os requisitos legais, estatutários, reguladores e contratuais aplicáveis. O processo de gestão de riscos de segurança é definido em consonância com os princípios de segurança – confidencialidade, integridade e disponibilidade – e, considera uma interação com outros processos corporativos, de modo a aprimorar a compreensão de como os diferentes tipos de riscos interagem entre si, considerando as estratégias e necessidades de negócios do Grupo financeiro Bmg no seu segmento de atuação.

Para manter a postura prudente almejada pela Alta Administração, o Bmg dispõe de um conjunto de Políticas e de processos que viabilizam uma operação eficiente, mantendo o conservadorismo desejado na exposição a riscos. O detalhamento quantitativo dos limites de exposição aos principais riscos, quando aplicável, é realizado em Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, tais como a Política de Risco de Mercado, a Política de Risco de Liquidez, a Política de Risco de Crédito e a Política de Risco Operacional.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite a riscos, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC) e do Diretor responsável pelo gerenciamento de Riscos (CRO). As métricas, processos e controles que suportam o acompanhamento das cinco dimensões definidas acima são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos, com reportes aos Comitês, Diretores e gestores responsáveis, bem como ao Conselho de Administração, que orienta a tomada de ações de modo a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados às diretrizes estratégicas do Bmg.

Governança do gerenciamento de riscos

Responsabilidades

As principais responsabilidades das áreas envolvidas no processo de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital no Bmg são apresentadas nos itens abaixo:

Conselho de Administração

Aprovar e revisar anualmente a Declaração de Apetite a Riscos (RAS), as Políticas de Gerenciamento de Riscos e a Política e o Plano de Capital;

- Aprovar e revisar anualmente as estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital, conferindo sua compatibilidade com o planejamento estratégico e financeiro da instituição e com as condições de mercado.
- Acompanhar os níveis de enquadramento do capital e decidir pelo Plano de Contingência, caso necessário;
- Acompanhar os resultados dos testes integrados de estresse e os resultados de monitoramento de capital;
- Acompanhar o cumprimento das políticas (assegurar que o banco esteja cumprindo as políticas e os limites estabelecidos); e
- Aprovar metodologia para distribuição de dividendos.

Diretoria de Riscos Integrados

- Prover os recursos necessários para assegurar o bom andamento do processo de gestão de riscos, sugerindo políticas e efetuando suas revisões anuais, desenvolvendo, ou contratando sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição aos diversos riscos;
- Identificar os riscos inerentes às novas atividades e produtos e análise prévia de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela instituição;
- Disponibilizar relatórios gerenciais que permitam a avaliação, por fator de risco e por tipo de carteira, da exposição diária ao risco de mercado e da adequação aos limites operacionais;
- Responder aos órgãos reguladores e à alta administração quanto ao processo de gestão de riscos;
- Comunicar à diretoria executiva e ao conselho de administração as posições de risco do grupo financeiro Bmg;
- Divulgar e fazer cumprir as políticas de gerenciamento de riscos, observadas as funções específicas, as responsabilidades definidas e os instrumentos apropriados de gestão;
- Garantir que os processos de tolerância a riscos e os limites estabelecidos estejam sendo considerados em todo o grupo financeiro Bmg;
- Verificar o nível de aderência das metodologias e procedimentos de avaliação, mensuração e controle do gerenciamento de riscos conforme descrito nas políticas correspondentes;
- Informar à alta administração fatos relevantes no acompanhamento dos riscos.

Gerência Executiva de Planejamento e Controle

São atribuições das áreas responsáveis pelo gerenciamento estratégico em cada uma das unidades de negócio do Banco Bmg:

- Fornecer tempestiva e adequadamente informações relevantes para os processos de planejamento financeiro;
- Elaborar análise e projeções das oportunidades e ameaças relativas ao ambiente econômico e de negócios;
- Definir, revisar e submeter à aprovação da Diretoria e da Administração as premissas utilizadas no planejamento financeiro;
- Compatibilizar as estratégias de negócio com o Plano de Capital;
- Fornecer informações financeiras necessárias para a elaboração das projeções do Plano de Capital, contemplando no mínimo: cenários econômicos, ativos e passivos, receitas e despesas;
- Estabelecer metodologia de planejamento financeiro que incorporem as variáveis que os gestores do capital julgarem relevantes para o gerenciamento de capital;
- Nas projeções orçamentárias, contemplar horizonte temporal, diretrizes e indicadores orçamentários que viabilizem a elaboração e execução do Plano de Capital, adequados à Política e às necessidades dos gestores de capital.

Gerência Executiva de Finanças

Como responsável pela apuração e projeção do Índice de Basileia, a Gerência Executiva de Finanças tem por incumbência:

- Consolidar e avaliar os resultados comparativamente às projeções e analisar as eventuais divergências;
- Nas revisões orçamentárias mensais entre orçado e realizado, reportar aos gestores do capital quaisquer alterações que possam implicar em necessidades de readequação do Plano de Capital.
- Calcular a projeção do capital regulatório e econômico para os próximos três anos e monitorar os indicadores de gestão de capital;
- Reportar mensalmente ao Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores a evolução do capital econômico e regulatório e as necessidades futuras de capital para fazer frente aos riscos aos quais a Instituição está exposta;
- Compatibilizar as exposições aos riscos e a aprovação de novos produtos com o Plano de Capital; e
- Informar ao Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores fatos relevantes no acompanhamento do capital, do RWA e do Índice de Basileia.

Superintendência de Riscos

- Constituição de ferramentas que possibilitem o controle e monitoramento dos riscos do grupo financeiro Bmg;
- Definir as políticas em acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas, sempre respeitando a regulação e os normativos internos;
- Elaborar e submeter à Diretoria relatórios periódicos que permitam o monitoramento dos riscos;
- Sugerir plano de contingência contendo estratégias e procedimentos necessários para conduzir o grupo financeiro Bmg ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, tendo em vista potenciais desequilíbrios identificados nos testes de estresse;
- Prover informações qualitativas e quantitativas sobre os riscos inerentes às atividades econômicas e às exposições de suas unidades de negócio;
- Realizar a gestão estratégica dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e socioambiental, identificando, avaliando e controlando os riscos relevantes e oportunidades que impactem o grupo financeiro Bmg;
- Interagir com as áreas envolvidas no processo de gestão de capital para garantir a aplicação eficiente das metodologias, modelos e ferramentas adotados para o gerenciamento de capital.

Gerência executiva de segurança da informação

- Gerenciar normas, políticas e demais procedimentos relacionados à segurança da informação;
- Gerir os riscos de segurança da informação e cibernética, definindo controles e ações para o tratamento dos riscos conforme a metodologia definida;
- Coordenar a avaliação de riscos cibernéticos;
- Coordenar a lista de ativos de informação relevantes;
- Coordenar os controles de segurança da informação;
- Realizar a manutenção da Declaração de Aplicabilidade;
- Avaliar a efetividade de controles críticos;
- Avaliar os riscos periodicamente ou sempre que mudanças significativas ocorrerem;
- Definir os papéis e responsabilidades para avaliação e tratamento dos riscos cibernéticos identificados;
- Avaliar e comunicar possíveis alterações dos controles e ativos afetados na avaliação dos riscos de segurança;
- Operacionalizar e orientar as ações relacionadas ao tratamento de riscos de segurança da informação;
- Conduzir estudos e discussões voltados para a melhoria dos níveis de riscos de segurança;
- Manter contato com especialistas externos de segurança visando sintonia com novos problemas e ameaças;
- Elaborar e encaminhar à alta gestão a avaliação de riscos de segurança da informação;
- Dar suporte aos gestores no tratamento dos riscos de segurança;
- Monitorar o ambiente e acompanhar a execução dos planos de tratamento de riscos, bem como a implementação de novos controles;
- Atualizar e comunicar às partes interessadas informações sobre os resultados dos indicadores e estatísticas relacionadas ao processo de avaliação e tratamento de riscos cibernéticos.

Auditoria Interna

Cabe à Auditoria interna avaliar periodicamente:

- A aderência à presente Política.
- Avaliar a qualidade, funcionamento e eficácia dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banco Bmg, além de realizar as recomendações e apontamentos necessários.

Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC)

O comitê tem por objetivo municiar o Conselho de Administração com respeito a todos os principais assuntos relacionados ao gerenciamento integrado de Riscos e de Capital no Bmg.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos e de capital e ao Plano de Capital;
- Validar as Políticas de Riscos e de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem as Políticas de Riscos e de Gerenciamento de Capital, e o Plano de Capital;

- Acompanhar o cumprimento da Políticas de Riscos e de Gerenciamento de Capital;
- Avaliar periodicamente os resultados do processo de gestão de riscos e de capital, seus pontos fortes e fracos, assim como a adequação de sua estrutura, buscando o atendimento das necessidades da organização;
- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado prudencial;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras, exposições a riscos e necessidade futura de capital, bem como possíveis desenquadramentos e alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da organização;
- Tomar conhecimento dos trabalhos executados pelas auditorias interna e externa pertinentes à gestão de riscos e de capital;
- Posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

Disseminação da Cultura de Riscos

De modo a atingir os objetivos de controle e mitigação dos riscos corporativos, o Bmg considera fundamental que a cultura de riscos seja disseminada pelo Conglomerado, de modo que todo colaborador tenha consciência dos riscos inerentes ao negócio e às atividades, e tenha conhecimento e prática das ações necessárias para mitigar e/ou reportar os riscos identificados.

Para, tanto, o banco utiliza de políticas e manuais publicados na intranet, acessíveis a todos os funcionários, que especificam as diretrizes e metodologias da gestão dos riscos.

Além disso, o banco possui treinamentos obrigatórios sobre a gestão de riscos, que são atualizados periodicamente e devem ser realizados por todos os funcionários.

Mensuração de Riscos

O processo de mensuração de riscos, para fins de cálculos de RWA (e consequente apuração do Índice de Basileia), segue os modelos padronizados de cálculo, conforme definidos pelo Banco Central do Brasil em normativos específicos.

A Superintendência de Riscos utiliza metodologias complementares de mensuração e monitoramento dos riscos, para fins gerenciais, e são específicas de cada frente do negócio. Como exemplos, podemos citar: indicadores de inadimplência (risco de crédito), VaR (risco de mercado), matrizes de risco operacional.

Reporte de Riscos

O Bmg conta com Fóruns e Comitês periódicos, nos quais existe pauta para reporte de riscos. O principal deles é o Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC), do qual participam 3 membros do Conselho de Administração. O CGRC se reúne mensalmente, oportunidade em que é apresentado um panorama de todos os riscos corporativos e do status e projeções da gestão de capital. Adicionalmente, a cada mês é estabelecida uma pauta específica para temas que devam ser apresentados de forma aprofundada.

Existem outros fóruns específicos, com periodicidade semanal ou mensal, para discussão de temas mais detalhados, como o Fórum Executivo de Crédito e o Fórum Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Adicionalmente, com base nos constantes trabalhos de mensuração e monitoramento dos riscos, sempre que algo relevante é identificado, o Diretor de Riscos é comunicado imediatamente. Sendo relevante, o tema será incluído em pauta para a próxima Reunião da Diretoria, que acontece semanalmente.

Programa de Testes de Estresse (Análise de Sensibilidade)

O Bmg realiza testes de estresse com periodicidade mínima semestral, considerando todos os portfólios de nossos produtos core (ativos e passivos) –Bmg Card, Crédito na Conta, Captações, como exemplos. Sempre objetivando observar o impacto no Lucro Líquido e demais indicadores, o principal deles sendo o Índice de Basileia

Cenários adotados – adotamos, pelo menos, 4 cenários, sempre em relação ao cenário base do nosso Orçamento Anual aprovado no Conselho de Administração:

- Otimista: consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (perda esperada menor), redução de taxas de captação em 10%.
- Pessimista 1: consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (perda esperada maior), aumento de taxas de captação em 10%.

- Pessimista 2: consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (perda esperada maior), aumento de taxas de captação em 20%.
- Pessimista 3: simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco.

Sob Demanda: de acordo com situações e condições específicas, realizamos outras simulações de impactos em nosso resultado em indicadores.

Estratégias de mitigação de riscos

As estratégias de mitigação de riscos são variadas, e específicas, conforme o tipo de risco que se está tratando.

Para risco de mercado, a política interna do Grupo Bmg define limites conservadores para exposições em moeda estrangeira e taxas de juros. As posições que não estejam dentro dos limites estabelecidos são submetidas à aprovação do ALCO (Fórum Executivo de Ativos e Passivos) previamente.

A área de gerenciamento do Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado a toda Diretoria Executiva e ao ALCO.

As operações de *hedge* executadas pela tesouraria devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos do descasamento de quantidades, prazos, moedas ou indexadores, das posições Banking. Existem limites específicos para posições de negociação (*Trading*). Há ainda processos de *Hedge Accounting* para *Hedge* de Valor Justo e *Hedge* de Fluxo de Caixa para captações finais em CDI e IPCA + “Cupom de Juros” e seus elementos de proteção (futuros DI1 e DAP na BM&F) para as que possibilitam redução de riscos, evitando assimetrias contábeis.

No tocante ao risco de liquidez, a principal política de mitigação é a busca de recursos com prazos casados com os das operações efetuadas, como por exemplo pela forma de cessões de crédito. Além disso, a organização busca captar a prazos compatíveis com os das aplicações e conta com plano de contingência adequado para os casos excepcionais.

Para o risco de crédito, a principal estratégia de mitigação é o foco no segmento varejo, em especial no cartão de crédito consignado, e no Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) para um público com baixa probabilidade de perda da sua principal fonte de renda: aposentados/pensionistas do INSS e servidores públicos. Além de termos foco nesse público específico, a mitigação dos riscos tem se mostrado eficiente nas nossas principais formas de cobrança – consignação em folha e débito em conta.

Para a carteira PJ, a principal estratégia de mitigação é a agregação de garantias, seja na forma de alienação fiduciária de bens imóveis (por exemplo) ou penhor/cessão de direitos de crédito, recebíveis referentes a projetos contratados e realizados, com fluxo de caixa previsto líquido e certo.

Com relação ao risco operacional, a estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado, conforme classificação do risco, numa escala de cinco níveis entre o “Risco Muito Baixo” a “Risco Muito Alto”.

Todos os eventos de riscos, que configuram perda operacional efetiva, são controlados e contabilizados em agrupamento contábil específico, de forma a identificar, com facilidade, as ocorrências da espécie e a sua documentação, tanto para atendimento à alta administração no seu gerenciamento, quanto para subsidiar o fornecimento de informações às autoridades supervisoras.

Gerenciamento do Capital

Anualmente, a Gerência Executiva de Planejamento e Controle elabora o orçamento de 10 anos utilizado pela Alta Administração para gestão do Consolidado Prudencial Bmg.

Este orçamento é aprovado pelo Conselho de Administração (CONAD) e disponibilizado ao BACEN (Banco Central do Brasil) e Auditoria.

Com base neste orçamento, a área Finanças elabora a projeção mensal para os próximos 03 (três) anos com o detalhamento das principais contas de cálculo do Índice de Basileia com o Índice de Imobilização e os Requerimentos Mínimos de Capital estipulados em normas pelo BACEN (Banco Central do Brasil).

Esta projeção é base para a Diretoria de Finanças elaborar o Plano de Capital e submeter à Vice-Presidência de Sustentabilidade de Negócios para a devida aprovação. É responsabilidade da Diretoria de Finanças certificar a aderência do Plano de Capital à Política Interna bem como às normas legais do Banco Central do Brasil.

A Diretoria de Riscos Integrados elabora projeções independentes de forma a certificar que valores projetados não estejam abaixo do mínimo estabelecido na Política.

Dentro do Plano de Capital é apresentada também a projeção do IB (Índice de Basileia) em cenário estressado. Com base nas premissas elaboradas pela Diretoria de Finanças, a SUCOF (Superintendência Contábil Fiscal) elabora a projeção identificando possíveis insuficiências de capital.

Com base no Plano de Capital, a Vice-Presidência de Sustentabilidade de Negócios conduz o Comitê de Gestão de Riscos e Capital com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração (CONAD) e demais Diretorias o Índice de Basileia atual bem como as projeções para os próximos 03 (três) anos.

O fluxo acima (originalmente realizado anualmente) poderá ser antecipado caso o orçamento seja alterado em virtude de mudanças estratégicas do Consolidado Bmg ou em caso de alterações na Legislação imposta a Gestão de Capital.

Trabalhos e simulações em cima do Índice de Basileia podem ser realizados envolvendo diretamente a área Finanças e a área solicitante não devendo, contudo, ser seguido o fluxo descrito acima.

2.2 Risco de Mercado

Objetivos estratégicos do gerenciamento de risco de mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado Prudencial do Bmg entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo condecorada de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco.

Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

Estratégia do Grupo Financeiro

A política interna do Conglomerado Prudencial do Bmg define limites conservadores para exposições ao risco de mercado. As posições que não estejam dentro dos limites estabelecidos são submetidas à aprovação do ALCO (Fórum Executivo de Ativos e Passivos) previamente.

Principais processos de gerenciamento de risco de mercado

Métricas e acompanhamento do risco de mercado

A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevendo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Prudencial Bmg é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições.

A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados a toda Diretoria Executiva e ao ALCO.

Apreciação dos Instrumentos Financeiros

Todos os ativos do conglomerado prudencial sujeitos a risco de mercado são marcados a mercado, quando aplicável, para aferição de risco e monitoramento.

Este processo é realizado diariamente e os valores obtidos são utilizados tanto em relatórios gerenciais quanto em relatórios enviados ao Banco Central do Brasil. O valor a mercado corresponde ao valor justo de negociação de um instrumento financeiro. No caso de produtos líquidos, o valor a mercado será o próprio preço negociado pelo mercado. Caso contrário, o valor a mercado poderá ser determinado através de modelos ou metodologias, tal que o valor estimado seja o mais próximo possível do valor de negociação a mercado.

As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos pelo mercado.

O Conglomerado Prudencial Bmg atua na Marcação a Mercado dos produtos de sua carteira utilizando fontes transparentes e auditáveis

Controle de carteira de Negociação (*Trading Book*) e *Banking Book*

De acordo com a Resolução BCB nº 111, que estabelece os critérios mínimos para a classificação das operações das instituições financeiras na Carteira de Negociação (*Trading Book*) e fora da Carteira de Negociação (*Banking Book*), e a Circular nº 3.879, que dispõe sobre a mensuração do risco de taxas de juros das operações do *Banking Book*, o Conglomerado Prudencial do Bmg segregá as operações classificadas na carteira de *Banking Book* das operações classificadas como *Trading Book* para cálculo do Risco de Mercado.

O processo realizado pela área de gerenciamento de risco de mercado busca garantir que os critérios de classificação na Carteira de Negociação (*Trading*) e Carteira de Não Negociação (*Banking*), sejam observados de maneira consistente, por meio do estabelecimento de controles que garantam a adequação da classificação e o monitoramento da rotatividade das operações na carteira de negociação.

Efetividade de Hedge

As operações de *hedge* executadas pela tesouraria devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos do descasamento de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições *Banking*. Para as posições de negociação (*Trading*) existem limites específicos de exposição ao risco de mercado.

Há também processos de *Hedge Accounting* para emissões externas e seus elementos de proteção (swaps cambiais) e *hedge* de Fluxo de Caixa para captações finais em CDI e IPCA + “Cupom de Juros” e seus elementos de proteção (futuros DI1 e DAP na BM&F) para que possibilitem redução de riscos evitando assimetrias contábeis. A área de gerenciamento de risco de mercado realiza o controle de efetividade do *Hedge Accounting* para fim de atendimento regulatório e gerencial.

Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado

Para a efetiva implementação e monitoramento do Risco de Mercado, o Consolidado Prudencial Bmg conta com a seguinte estrutura:

- Diretoria de Riscos Integrados, indicada pela Alta Administração, responsável por definir e garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos do gerenciamento de Risco de Mercado.
- Á Gerência de Risco de Mercado e Liquidez, subordinada à Superintendência de Riscos, é responsável pela implementação dos controles e processos relativos ao gerenciamento do Risco de Mercado.
- Órgão de Assessoramento - O Fórum Executivo de Ativos e Passivos – ALCO tem como papel assessorar o Conselho de Administração no monitoramento do risco de mercado. O ALCO acompanha regularmente todas as atividades relacionadas ao gerenciamento dos riscos de Mercado e de Liquidez, sendo também responsável por estabelecer a estrutura de gestão e as estratégias da Tesouraria.

Principais atribuições da Gerência de Risco de Mercado e Liquidez:

- Criar/contratar sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição do risco de mercado, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, os quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado, e gerar relatórios para a diretoria da instituição;
- Identificar os riscos inerentes a novas atividades e produtos e análise prévia de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela instituição;

- Assegurar que os controles e procedimentos adotados estão em linha com as políticas e normas definidas;
- Monitorar a correta utilização dos limites, identificando e reportando prontamente os excessos quando eles ocorrerem e atuando junto à tesouraria no sentido de tomar as medidas adequadas para sua regularização;
- Observar a implantação de regulamentos de órgãos reguladores como Banco Central do Brasil, B3, etc., relacionados à área de risco e avaliar seus possíveis impactos;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse), inclusive da queda de premissas, cujos resultados devem ser considerados ao estabelecer ou rever as políticas e limites para adequação de capital;
- Controlar, acompanhar e divulgar o risco de mercado (conforme norma do Banco Central) e dos descasamentos das operações do Banco;
- Realizar, no mínimo anualmente, testes de avaliação dos sistemas;
- Fornecer relatórios gerenciais que permitam a avaliação, por fator de risco e por tipo de carteira, da exposição diária ao risco de mercado e da adequação aos limites operacionais; e
- Sugerir políticas e revisá-las, no mínimo anualmente.

Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

A especificação dos ativos financeiros do Conglomerado Prudencial Bmg sujeitos ao Risco de Mercado, bem como as métricas de mensuração de risco de mercado são realizadas diariamente através do software adquiridos no mercado para esse fim.

As informações analisadas são armazenadas em um banco de dados visando manter o histórico de preços e memórias de cálculos para eventuais consultas e conferências futuras.

IRRBB - Interest Rate Risk on Banking Book

A Circular nº3.876 de janeiro de 2018 do Banco Central do Brasil (Bacen) estabeleceu metodologias padronizadas para a mensuração do “*interest rate risk on banking book*” (IRRBB), que diz respeito ao capital reservado para a cobertura do risco de variação de taxa de juros na carteira bancária.

O valor do IRRBB é calculado a partir de duas métricas o ΔEVE (*Delta Economic Value of Equity*) que corresponde a variação do valor econômico dos instrumentos financeiros da carteira bancária aplicado um choque padronizado nas taxas de juros, e o ΔNII (*Delta Net Interest Income*) que corresponde a variação do resultado de intermediação financeira em um período de tempo dado um choque padronizado nas taxas de juros.

O Grupo Financeiro Bmg por meio da sua Área de Riscos apura e divulga periodicamente o valor do IRRBB junto com mapas de exposição aos diversos fatores de risco a que a carteira está exposta, e é acompanhada pelo seu Fórum Executivo de Ativos e Passivos, que avalia a adequação do valor alocado ao IRRBB.

O IRRBB é calculado e reportado diariamente pela Área de Riscos.

Os cenários de choque utilizado para apuração do valor de capital destacados para o IRRBB são os cenários padronizados descritos no anexo 1 da circular nº 3876 de janeiro de 2018 (choque paralelo de 400 pontos base para as taxas prefixadas, 200 pontos base para as taxas de cupom de dólar e cupom de índices de inflação)

O Grupo Financeiro Bmg na apuração do IRRBB segue a metodologia padronizada pelo Bacen, na circular nº 3.876 de janeiro de 2018.

Com o intuito de neutralizar as exposições as taxas de juros o Banco Bmg realiza *Hedges Contábeis* dos seus passivos prefixados e passivos indexados ao IPCA.

No cálculo do ΔEVE as margens comerciais foram consideradas na taxa de desconto, para a mensuração do ΔNII foi utilizado o horizonte de análise de 1 ano com a premissa de “*stable balance*”, quando é assumido que ao vencerem as operações serão renovadas com os mesmos “*spreads*”. As taxas de pré-pagamento foram estimadas utilizando taxas históricas observadas na carteira.

De modo conservador Grupo Financeiro Bmg destaca como PR o maior valor entre ΔEVE e ΔNII , por ser um choque estático nas exposições os valores aqui demonstrados não consideram a dinâmica de reação da Tesouraria frente a possíveis variações nas taxas de mercado.

2.3 Risco de Liquidez

Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a suficiência de caixa da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Grupo Financeiro Bmg preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda as exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

As informações deverão ser confiáveis, oportunas, acessíveis, e disponibilizadas em formato consistente a todas as áreas envolvidas no processo de avaliação de riscos, inclusive a órgãos reguladores, quando solicitado.

Diretoria Responsável por Riscos de Liquidez

Conforme definidas nos documentos societários, a Diretoria de Riscos é a responsável pelo acompanhamento e controle dos riscos de liquidez do Grupo Financeiro Bmg.

Área Responsável por Riscos de Liquidez:

A Gerência de Risco de Mercado e Liquidez, subordinada à Superintendência de Riscos, tem dentre as suas atribuições à constituição de ferramentas que possibilitem o controle e monitoramento da liquidez do Grupo Financeiro Bmg, dentre elas:

- Definir as políticas operacionais em acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas sobre liquidez e riscos de mercado e comunicar aos seus colaboradores;
- Elaborar análises econômico-financeiras que permitam avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez de seus fluxos de caixa, levando em consideração, inclusive, fatores internos e externos à instituição;
- Elaborar e submeter à Diretoria relatórios periódicos que permitam o monitoramento dos riscos de liquidez;
- Realizar e documentar, no mínimo, semestralmente, testes de avaliação dos sistemas de controles implantados, incluindo testes de estresse, testes de aderência e quaisquer outros que permitam a identificação de problemas que, de alguma forma, possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da instituição;
- Sugerir plano de contingência contendo estratégias e procedimentos necessários para conduzir o Grupo Financeiro Bmg ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, tendo em vista potenciais desequilíbrios identificados nos testes de estresse.

Estratégias e políticas de captação de recursos

Como forma de evitar possíveis impactos na estrutura de captação do Grupo Financeiro Bmg em função de eventuais oscilações específicas de mercado, o Conselho de Administração (CONAD) aprovou uma composição desejada para suas fontes de recursos, evitando assim uma concentração excessiva em determinado segmento/produto e buscando uma melhor estabilidade na captação dos seus recursos.

Neste sentido, as captações totais do grupo, deverão seguir os seguintes parâmetros, cuja alteração somente poderá ocorrer mediante aprovação do Conselho de Administração (CONAD). Estes alertas deverão ser monitorados e apresentados mensalmente no ALCO, onde em caso de descumprimento um plano de ação deverá ser proposto e aprovado para a devida correção e adequação.

Adicionalmente, com objetivo de limitar a concentração das captações junto as Institucionais (não distribuidores), fica estabelecido um ponto de atenção de 5% do saldo total das captações a prazo individual, devendo haver acompanhamento pelo ALCO nestes casos.

Estratégias de mitigação do risco de liquidez

As estratégias adotadas para mitigação do risco de liquidez incluem:

- Diversificação das fontes de recursos,
- Limitação da concentração por CPF e CNPJ
- Prazos dos passivos adequados ao dos ativos
- Definição de caixa mínimo para fazer frente a possíveis choques de liquidez
- Definição de plano de contingência para choques de estresse prolongados

Plano de Contingência

Quando da sinalização ou ocorrência de uma crise de liquidez, o Grupo Financeiro Bmg deverá restringir sua atuação no mercado, de forma a estar sempre enquadrado nos limites de caixa mínimo estipulado, ativando as seguintes contingências, em ordem de prioridade:

Operações de Crédito:

- Suspensão de todas as operações não consignadas;
- Suspensão dos refinanciamentos de operações consignadas apenas da carteira cedida, reduzindo a necessidade de liquidação antecipada de créditos cedidos;
- Suspensão de todos os refinanciamentos de operações consignadas;
- Redução ou suspensão da liberação de novas operações consignadas, com destaque para o Cartão Consignado (principal carteira do Bmg atualmente).

Operações Passivas e Derivativos:

- Elevação das remunerações das emissões de Passivos clean;
- Liquidações de todas as operações de derivativos que possam gerar caixa para instituição.

Cabe à Diretoria de Riscos Integrados acompanhar os indicadores de liquidez, comunicando imediatamente ao ALCO e ao Conselho de Administração (CONAD) quando da necessidade do acionamento da Política de Contingência.

Ferramentas, Métricas e limites

As principais métricas de liquidez utilizadas pelo Grupo Financeiro Bmg são as reconhecidas pela Circular Bacen nº 3.749/15 (*LCR Liquidity Coverage Ratio* – Índice de liquidez de curto prazo), pela Circular Bacen nº 3.869/17 (*NSFR Net Stable Funding Ratio* – Índice de liquidez de longo prazo) além do acompanhamento do fluxo de caixa projetado e caixa mínimo.

2.4 Risco de Crédito

Estratégia de Crédito

A estratégia de atuação do Banco é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes.

Assim, os principais produtos de crédito são: Empréstimo Consignado, Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e Bmg Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade. Com a consolidação do Bmg como banco digital, a carteira de cartão de crédito não consignado tem tido crescimento relevante.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, taxas de retorno, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises etc., entre outros.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados bureaus de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

Cartão Consignado

O cartão consignado do Banco Bmg é um cartão de crédito internacional, com os mesmos benefícios dos cartões tradicionais, mas com a vantagem do desconto na folha de pagamento e de taxas atrativas. Para os convênios com os quais o Banco Bmg possui acordo específico, o cartão tem margem consignável exclusiva.

Empréstimo Consignado

Os empréstimos consignados são empréstimos com desconto em folha de pagamento e taxas reguladas pelo governo federal. Eles contam com prazos específicos para cada convênio.

Crédito na Conta

O Crédito na Conta é um empréstimo pessoal com débito em conta, realizado para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Para início da comercialização do produto com funcionários de um determinado órgão, são realizados estudos para avaliar a sua saúde financeira, de modo a minimizar riscos de atrasos ou parcelamentos nos pagamentos dos salários e benefícios.

O produto conta, ainda, com uma equipe especializada no processo de arrecadação e com taxas de juros compatíveis com o perfil de inadimplência inerente ao produto e público-alvo.

Saque aniversário FGTS

Visando diversificar seu portfólio de produtos, o Bmg lançou em agosto de 2021 a antecipação do saque-aniversário do FGTS. O saque-aniversário é um opcional que permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), anualmente, no mês de aniversário de acordo com as faixas de saldo pré-definidas. O Bmg permite a antecipação de até 10 anos do saque aniversário. O produto é direcionado a todas as pessoas que possuem saldo em aberto no FGTS e tem grande potencial de crescimento.

Cartão Benefício

O cartão consignado de benefício é um cartão de crédito que, além da taxa de juros reduzida dado o seu perfil de consignação, tem o diferencial de contar com benefícios extras para aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos, tais como: seguro de vida, auxílio funeral e desconto em farmácias. Em agosto de 2022 foi publicada a Lei nº 14.431/22, estipulando margem exclusiva de 5% para o cartão consignado de benefício para aposentados e pensionistas do INSS, incluindo o público LOAS. Em setembro o Banco iniciou as operações no convênio INSS. Atualmente, além do INSS o Banco atua ainda com outros convênios estaduais e municipais.

Bmg Empresas

Para empresas nos segmentos de Corporate e Middle Market, o Bmg oferece financiamento e prestação de serviços financeiros estruturados, focando em produtos com baixa alocação de capital, como proteção de balanço, seguros e serviços de *investment banking* como assessoria em M&A, DCM e ECM. Em 31 de janeiro o Bmg concluiu a aquisição de 50% da AF Controle S.A., holding que detém a participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda. A aquisição tem como objetivo trazer competência dedicada para ampliar a oferta de produtos e serviços para acelerar o crescimento dos negócios de atacado. Ainda, cria o segmento de gestão de recursos, com alta proposta de valor para atrair novos clientes para o banco digital, ampliando assim as fontes de captação.

Políticas de Crédito

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, taxas de retorno, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises etc.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados *bureaus* de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito

Para a efetiva implementação e monitoramento do Risco de Crédito, o Consolidado Prudencial Bmg conta com a seguinte estrutura de papéis e responsabilidades:

a) Conselho de Administração

- Fixar e revisar os níveis de apetite por risco de crédito do Conglomerado Prudencial Bmg;
- Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual, as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos de crédito;
- Assegurar a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos de créditos fixados;
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;
- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos de, de forma independente, objetiva e efetiva; e
- Estabelecer a organização e as atribuições do comitê de riscos.

b) Comitê de Riscos

- Propor, com periodicidade mínima anual, as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos de crédito ao conselho de administração;
- Avaliar os níveis de apetite por riscos de crédito fixados e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e
- Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito às políticas estabelecidas.

c) Diretoria de Riscos

- Acompanhamento e controle do Risco de Crédito e dos limites de apetite a risco definidos;
- Assegurar que as políticas e procedimentos não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias traçadas pelo Bmg.

d) Risco de Crédito

- Implementação dos controles e processos relativos ao gerenciamento do Risco de Crédito;
- Propor o desenvolvimento de sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes;

- Emitir relatórios gerenciais periódicos para a administração da instituição, acerca do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas;
 - Propor políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito que estabeleçam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição;
 - Estimar, segundo critérios consistentes e prudentes, as perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparar os valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
 - Adotar práticas para garantir que exceções à política, aos procedimentos e aos limites estabelecidos sejam relatadas apropriadamente;
 - Participar na validação, elaboração e/ou revisão de todos os processos de crédito, rotinas e procedimentos, inclusive de novos produtos, tendo em vista mitigar a exposição do Brmg às diversas modalidades de riscos sob o seu gerenciamento; e
 - Avaliar os relatórios de Auditoria Interna, Externa e de Compliance, buscando providências e ajustes necessários para o devido processo de gerenciamento do risco de crédito.
- e) Crédito e Cobrança (Atacado e Varejo)
- Definir regras e procedimentos de concessão de crédito, incluindo análise, aprovação, classificação de risco de crédito da contraparte (incluindo revisão periódica, conforme Res 2.682 e a partir de 2025 conforme Res. 4.966/21), monitoramento e recuperação de crédito;
 - Respeitar os limites de apetite a risco estabelecidos; e
 - Identificar contrapartes conectadas (conforme Resolução CMN nº 4.557 de 23/02/2017 e Resolução CMN nº 4.677, de 31 de julho de 2018).
- f) Comercial e Mesa de Clientes
- Proposição e negociação de operações de crédito, incluindo Derivativos, títulos privados, antecipação de recebíveis, entre outros;
 - Monitoramento do risco de crédito de contrapartes e do portfólio, observadas as políticas e procedimento e os limites operacionais aprovados.
- g) Contábil e Fiscal
- Cálculos de perda esperada, RWA (Ativos Ponderados a Risco) e débitos de provisão, bem como sua contabilização; e
 - Acompanhamento do realizado x orçado, no que tange perdas e recuperações de crédito.
- h) Compliance e Controles Internos
- Mapear mudanças nas legislações, resoluções e normas referentes ao tema;
 - Criar planos de ação para garantir a conformidade legal em risco de crédito; e
 - Direcionar e acompanhar a implementação dos planos de ação junto às áreas responsáveis.
- i) Auditoria Interna
- Auditoria dos processos, fluxos e metodologias relacionadas a risco de crédito, com reporte ao Comitê de Auditoria.
- j) Risco de Mercado e Liquidez
- Cálculo periódico da exposição potencial em derivativos.
- k) Controladoria e Pricing
- Calcular retorno ajustado ao risco no Capital (RAROC) das operações, considerando premissas de perdas projetadas/esperadas calculadas Risco de Crédito.

Escopo dos principais Reports à Alta Administração

Nos relatórios periódicos enviados e apresentados regularmente à Alta Administração, alguns temas recebem foco especial. Isso não impede que, havendo eventos relevantes em outros temas mais específicos, exista pauta especial específica para o tema.

Os assuntos regulares apresentados à Diretoria e Conselho de Administração são:

- Risco de Concentração: por contraparte individual, contrapartes com características semelhantes, partes relacionadas, por produto e outras visões de concentração.
- Índice de Cobertura.
- Índice de Ativos Problemáticos e maiores Ativos Problemáticos (em saldo devedor).
- Acompanhamento dos principais indicadores de performance de crédito e perda para todos os produtos.

2.5 Risco Operacional

O Conglomerado Prudencial do Bmg considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que qualquer evento que possa interferir adversamente o alcance dos objetivos seja identificado e tratado.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quando identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado Prudencial do Bmg.

Estratégia do Grupo Financeiro

A metodologia adotada abrange todo o Conglomerado Prudencial do Bmg e serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular das atividades.

A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo/benefício de cada item avaliado.

Os eventos de risco que se materializarem e tiverem impacto, financeiro, de imagem ou regulatório deverão ser controlados, de forma a identificar e tratar a causa raiz a fim de evitar recorrências. Esses eventos serão reportados de acordo com o impacto e criticidade à alta administração do Banco Bmg.

Processo de Gerenciamento e Mensuração do Risco

A metodologia adotada para esta gestão abrange a estrutura do Conglomerado Bmg, aí inseridos o Banco Bmg e demais empresas financeiras coligadas e serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular das atividades.

O gerenciamento do Risco Operacional na Instituição encontra-se estruturado e definido considerando:

Política de Risco Operacional - a política Institucional de Risco Operacional do Bmg define diretrizes para o gerenciamento de riscos dos seus processos, produtos e serviços, de forma a assegurar que o cumprimento com as normas estabelecidas de governança e controle estejam de acordo com as orientações da Alta Administração.

Mapeamento dos Riscos das Atividades - a mais importante ferramenta utilizada pelo Conglomerado Prudencial do Bmg para controle do Risco Operacional. A identificação dos riscos permite demonstrar a exposição do Conglomerado Prudencial do Bmg frente aos riscos, a partir das análises da probabilidade versus impacto, consequências dos riscos e qualidade do controle interno.

Reporte de Incidente Operacional - os incidentes são a materialização dos riscos, que ocorrem de maneira inesperada, resultante da falha na execução das atividades. Com base nos reportes, as causas raízes das falhas são identificadas e tratadas, evitando recorrências e possibilitando melhorias de processos. Além disso, a apuração das perdas decorrentes dos incidentes operacionais constitui fator importante para prover ao Conglomerado informações consistentes, padronizadas e atualizadas para uma análise quantitativa e qualitativa no gerenciamento dos riscos.

Plano de Continuidade de Negócios: o Banco BMG assegura a continuidade de negócios por meio de teste de *Disaster Recovery Plan* realizado periodicamente. Esse processo garante a contingência da estrutura tecnológica enquanto a física é assegurada pelo modelo híbrido de trabalho.

O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos pode ser visualizado no site (<http://www.bancoBmg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

Processo de Comunicação

O processo de comunicação, bem como os instrumentos utilizados para implementação do gerenciamento, tem como objetivo disseminar e consolidar a cultura de risco operacional no Conglomerado Prudencial do Bmg, contemplando as principais ações para fortalecimento do tema, responsabilidades da estrutura e procedimentos a serem adotados no âmbito organizacional.

A divulgação das informações apuradas ocorre mensalmente por meio da publicação de relatórios de risco e comunicação em comitê superior de risco de acordo com a Resolução nº 4.557. Esse fluxo de comunicação fornece, à alta administração, o acompanhamento dos incidentes, ações definidas, avaliações de riscos e indicadores de riscos do período.

2.6 Risco Social, Ambiental e Climático

Os riscos social, ambiental e climático são definidos como a possibilidade de perdas financeiras ou de imagem à Instituição causadas por eventos associados a violações de direitos e garantias fundamentais ou de interesse comum (social), à degradação do meio ambiente e ao uso excessivo de recursos naturais (ambiental), à transição para uma economia de baixo carbono (climático de transição) e a alterações em padrões climáticos (climático físico).

O gerenciamento desses riscos é uma das diretrizes que contribuem para o cumprimento dos princípios de responsabilidade de natureza social, ambiental e climática orientadores dos negócios do grupo, conforme estabelecido na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

As práticas de gestão buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático à que o Bmg está exposto em operações, atividades, negócios, produtos, investimentos e relacionamento com partes interessadas.

Todos os clientes do segmento varejo e atacado, bem como fornecedores e outras partes interessadas, que passam pelo processo de Onboarding são submetidas à análise RSAC padrão, com foco na identificação de apontamentos de natureza social, ambiental e climático.

No processo de concessão de crédito, considerando os princípios de relevância e proporcionalidade, clientes do segmento de atacado de setores classificados como críticos e restritos passam também por uma análise RSAC detalhada, com atribuição de rating de risco social, ambiental e climático ao cliente avaliado segundo metodologia interna.

A evolução do tema na instituição e os indicadores gerenciais de risco social, ambiental e climático, são reportados bimestralmente ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC).

3. Informações Patrimoniais

Em atendimento ao estabelecido no Art. 6º da Resolução BCB Nº 54/20, abaixo destacamos os elementos patrimoniais que fazem referência ao Anexo I. As informações a seguir demonstradas abrangem:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Lista das instituições que fazem parte do escopo de consolidação, bem como suas informações patrimoniais; e
- ✓ Descrição das participações societárias relevantes.

3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial com as referências aos valores utilizados para cálculo do Patrimônio de Referência (PR) pode ser assim demonstrado:

Em junho de 2025

ATIVO	Publicação	Prudencial	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Publicação	Prudencial
Disponibilidades	517.695	525.539	Depósitos e demais instrumentos financeiros	42.984.092	38.586.523
Instrumentos Financeiros	39.072.237	37.378.959	Depósitos e demais instrumentos financeiros	41.839.049	37.441.480
Aplicações em depósitos interfinanceiros	43.347	43.347	Letras financeiras subordinadas - Capital complementar (c)	111.477	111.477
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	15.442.030	13.819.991	Letras financeiras subordinadas - Nível II (d)	945.663	945.663
Operações com características de concessão de crédito	23.500.311	23.515.621	Demais Letras financeiras subordinadas - não elegíveis	87.903	87.903
Operações com seguros	86.549	-	Provisões e Outros	1.733.754	5.068.015
Relações interfinanceiras	1.633.611	1.633.476	Obrigações fiscais	262.603	234.924
Outros valores e bens	464.526	361.923	Total de passivos	44.980.449	43.889.462
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.909.713)	(1.911.516)	Patrimônio líquido	3.898.623	3.731.213
Créditos tributários	8.249.408	7.972.528	Capital social	3.742.571	3.742.571
Ativos fiscais	5.459.675	4.878.667	do qual: montante elegível para Capital Principal (e)	3.742.571	3.742.571
Diversos	2.789.733	3.093.861	Reservas de lucros, de capital e não controladores	232.957	65.547
Investimentos em participações em coligadas e controladas	136.280	951.596	Reservas de lucros (f)	56.076	56.139
No país	136.280	951.596	Reservas de capital (g)	9.304	9.304
Imobilizado de uso	378.394	254.919	Participação de acionistas não controladores (h)	167.577	104
Intangível (a)	1.149.468	2.578.639	Outros resultados abrangentes	(75.855)	(75.855)
Depreciações e amortizações	(812.834)	(2.125.388)	Ações em tesouraria (i)	(1.050)	(1.050)
Depreciação acumulada	(264.539)	(147.870)	Total do Passivo e do Patrimônio líquido	48.879.072	47.620.675
Amortizacao Acumulada (a)	(548.295)	(1.977.518)			
Total do Ativo	48.879.072	47.620.675			

Contas de compensação

Créditos tributários de diferença temporária	471.632
Créditos tributários de prejuízo fiscal (k)	454.799

Obs.: As letras entre parênteses fazem referência aos dados apresentados no Anexo 1.

3.2 Informações Patrimoniais das Instituições Consolidadas

Apresentamos a seguir informações patrimoniais das instituições que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial do Bmg.

Em junho de 2025

Instituição	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Segmento de Atuação
Banco BMG S.A.	44.901.635	3.731.046	Ramo Financeiro
BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	1.206.301	1.085.315	Ramo Financeiro
BMG Bank (Cayman) Ltd.	2.519.098	428.987	Ramo Financeiro
Banco BMG Soluções Financeiras S.A.	1.046.205	921.512	Ramo Financeiro
Banco BMG Consignado S.A.	1.704.132	1.587.451	Ramo Financeiro
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	16.445	14.000	Ramo Financeiro
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados I	705.116	-	Securitização de créditos
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II	3.221.120	-	Securitização de créditos
Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia	20.131	20.106	Fundo de Investimento Multimercado
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	228.342	228.326	Fundo de Investimento Multimercado
FIDC BMG Middle Market	17.959	17.928	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	2.416.791	-	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

3.3 Participações Societárias Relevantes

Em 30 de janeiro de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$117.180.

Em 25 de março de 2025, foi efetivada a redução de capital na CBFÁCIL Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no valor de R\$180.000.

Em 30 de janeiro de 2025, na Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi deliberado um aumento de capital de USD 40.000 na BMG Cayman. A CIMA aprovou o aumento de Capital em 17 de março de 2025 o qual foi efetivado em 30/04/2025.

Em 29 de abril de 2025, a Bmg Participações em Seguradoras Ltda., celebrou, nesta data, o "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" com a Phoenix One Participações S.A. ("Phoenix"), por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a compra, pela Bmg Participações em Seguradoras, da totalidade da participação acionária detida pela Phoenix, representativa de 40% do capital social da Bmg Seguradora S.A. O preço total da Operação é de R\$ 64,5 milhões, o qual somente será atualizado pela variação positiva do IPCA caso o fechamento da Operação não ocorra em até 90 dias contados da referida data. O fechamento da Operação está sujeito à implementação de determinadas condições usuais a esse tipo de transação, incluindo a aprovação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

3.4 Resolução CMN nº4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), e incorpora os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9.

No contexto dessa resolução, foram emitidas outras normativas complementares. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece parâmetros e pisos de provisionamento, além de esclarecer aspectos relacionados à taxa efetiva de juros, ao teste de 'Somente Pagamento de Principal e Juros' (SPPJ), e à divulgação de instrumentos financeiros. Subsequentemente, a Resolução BCB nº 397/24 alterou a Resolução BCB nº 352/23, ajustando alguns dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis. Além disso, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e CMN nº 5.146/24 abordam temas como a reestruturação de ativos, os níveis de hierarquia de valor justo, e o reconhecimento inicial de ativos. Para questões relacionadas ao risco de crédito, a Instrução Normativa BCB nº 464/24 esclarece os critérios para a estimativa dos parâmetros utilizados na mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito.

Com a implementação das novas regras, várias normativas foram revogadas, como as Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02, que tratavam, respectivamente, da contabilização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos derivativos, e, mais notadamente, a Resolução CMN nº 2.682/99, que abordava a contabilização de operações de crédito e as provisões associadas ao risco de crédito. O principal impacto da adoção da resolução 4.966/21 deu-se no cálculo das provisões associadas ao risco de crédito e o respectivo efeito tributário.

A Resolução foi adotada de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de *hedge* que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.

4. Adequação do Patrimônio de Referência

Em conformidade com as Resolução CMN nº 4.955/21, além de regulamentações complementares, o Conglomerado Prudencial do Bmg preocupa-se em manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. Para tanto o processo de adequação e suficiência do Patrimônio de Referência é realizado de forma contínua para assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado, além do atendimento aos requerimentos regulatórios previstos pelo BACEN.

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e Nível II. Este é o parâmetro que possibilita o monitoramento e a verificação do cumprimento dos limites operacionais estabelecidos pelo BACEN, onde:

- **Nível I** - composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar; e
- **Nível II** – Composto por instrumentos elegíveis, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

Gerenciamento de Riscos

2T25

Atendendo ao disposto na Resolução CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no “Consolidado Prudencial”.

4.1 Detalhamento do Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência (PR) está demonstrado a seguir:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Patrimônio de Referência (PR)	Jun 25	Mar 25
Nível I	2.739.127	2.716.235
Capital Principal	2.627.650	2.601.245
Patrimônio Líquido (i)	3.731.213	3.647.272
Ajustes Prudenciais, Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/2021	(1.103.563)	(1.046.027)
Capital Complementar	111.477	114.990
Letras financeiras subordinadas	111.477	114.990
Nível II	945.662	919.275
Letras financeiras subordinadas	945.662	919.275
TOTAL	3.684.789	3.635.510

(i) - Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme disposto no Art. 3º da Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021.

4.2 Letras Financeiras Subordinadas elegíveis a capital

Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco.

Os instrumentos de dívida subordinada estão demonstrados conforme abaixo:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial			
Instrumentos de Dívida Subordinada	Emissão	Vencimento	Jun 25	Mar 25
Capital Complementar			111.477	114.990
Letras financeiras subordinadas	2º T2019	Perpétua	110.193	113.757
Letras financeiras subordinadas	3º T2019	Perpétua	1.284	1.233
Nível II			945.662	919.275
Letras financeiras subordinadas	2º T2019	2º T2026	-	4.264
Letras financeiras subordinadas	3º T2019	3º T2029	859	825
Letras financeiras subordinadas	2º T2022	2º T2032	206.307	198.874
Letras financeiras subordinadas	2º T2022	2º T2034	206.378	198.937
Letras financeiras subordinadas	4º T2022	2º T2029	227.279	217.825
Letras financeiras subordinadas	2º T2023	2º T2030	14.327	19.833
Letras financeiras subordinadas	2º T2023	3º T2030	57.741	55.727
Letras financeiras subordinadas	3º T2023	3º T2033	232.771	222.990
TOTAL			1.057.139	1.034.265

Em atendimento ao disposto no artigo 6º da Resolução BCB Nº 54/20, o Conglomerado Prudencial do Bmg detalha neste documento seu Patrimônio de Referência (PR) através das Tabelas CC1 “Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR” e CCA “Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)”.

5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Conforme Resolução CMN Nº 4.958/21, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente à soma das seguintes parcelas:

$$\text{RWA} = \text{RWACPAD} + \text{RWACAM} + \text{RWAJUR} + \text{RWACOM} + \text{RWAACS} + \text{RWAOPAD}$$

Onde temos a seguinte composição dos riscos:

Risco de Crédito

- **RWACPAD** - parcela referente às exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído.

Risco de Mercado

- **RWACAM** - parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- **RWAJUR** - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação;
- **RWACOM** - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);
- **RWAACS** - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações.

Risco Operacional

- **RWAOPAD** - parcela referente ao risco operacional.

As metodologias utilizadas pelo Conglomerado Prudencial do Bmg para a alocação de capital, estão em conformidade com a regulamentação em vigor, e fazem parte de um processo de avaliação da adequação do Patrimônio de Referência, que objetiva apurar a necessidade de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

A composição dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) está demonstrada seguir:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
	Jun 25	Mar 25
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)		
Risco de Crédito	25.765.656	26.264.321
FPR de 2%	-	9.854
FPR de 20%	643.708	364.714
FPR de 25%	-	3.238
FPR de 30%	13.004	12.513
FPR de 40%	-	69
FPR de 45%	102.653	105.581
FPR de 50%	9.698	-
FPR de 65%	133.393	138.030
FPR de 75%	14.895.084	15.483.590
FPR de 85%	1.003.280	640.675
FPR de 100%	6.510.373	7.033.846
FPR de 150%	176.933	263.369
FPR de 160%	1.493.637	1.460.857
FPR de 250%	783.893	747.985
Risco de Mercado - Trading	198.417	495.117
Taxas de câmbio (RWACAM)	4.822	85.022
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	177.835	403.156
Preços de ações (RWAACS)	984	827
Ajuste associado ao valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA) RWACVA	14.776	6.112
Risco Operacional	2.990.987	2.990.987
RWAopad	2.990.987	2.990.987
TOTAL	28.955.060	29.750.425

Em atendimento as regulamentações de Basileia III, para cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco, adotamos as regulamentações definidas e divulgadas pelo BACEN.

Em julho de 2023 entrou em vigor a Resolução BCB nº229/22, que aprimorou os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito. Com a entrada em vigor da Resolução 229, o BACEN

definiu novas ponderações para os ativos e/ou realocou o enquadramento de ativos em ponderações já existentes.

Em janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução BCB nº356/23, substituindo as três metodologias de cálculo previstas na circular nº3.640/13 alinhada com os princípios internacionais, reforçando a solidez do sistema financeiro nacional ao exigir capital proporcional ao risco operacional das instituições.

5.1 Índice de Basileia (IB); Índice de Nível I (IN1); Índice de Capital Principal (ICP) e Adicional de Capital Principal

O conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os ativos ponderados pelos riscos conforme regulamentação em vigor.

No Brasil, atualmente, o requerimento mínimo de capital é de 8,00% para o PR, 6% para o Nível I do PR e 4,5% para Capital Principal, conforme regulamentações em vigor (Resoluções nº 4.955 e 4.958 do CMN). O Adicional de Conservação de Capital Principal é de 2,5%, conforme Resolução CMN nº 4.958/21.

As parcelas referentes ao Adicional Contracíclico de Capital Principal e ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal, são calculados conforme definido nas Circulares nº 3.769/15 e 3.768/15, respectivamente. O Conglomerado Prudencial do Bmg tem como estratégia manter seus índices superiores ao mínimo estabelecido e compatíveis com a evolução de seus negócios.

Conforme estabelecido na Resolução BCB Nº 54/20, abaixo apresentamos os cálculos do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), apurados mediante as fórmulas a seguir:

Índice de Basileia (IB)

$$IB = \frac{PR}{RWA}$$

Índice de Nível I (IN1)

$$IN1 = \frac{\text{Nível 1}}{RWA}$$

Índice de Capital Principal (ICP)

$$ICP = \frac{\text{Capital Principal}}{RWA}$$

Gerenciamento de Riscos

2T25

Principais Indicadores:

Apresentamos a seguir os principais indicadores apurados para o Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	Índice de Nível I	Índice de Capital Principal	Razão de Alavancagem
12,73%	9,46%	9,07%	5,79%
0,51 p.p no trimestre	0,33 p.p no trimestre	0,33 p.p no trimestre	0,54 p.p no trimestre
1T25: 12,22%	1T25: 9,13%	1T25: 8,74%	1T25: 5,25%
Risco de Crédito	Risco de Mercado	Risco Operacional	RWA Total
R\$ 25.765.656 mil	R\$ 198.417 mil	R\$ 2.990.987 mil	R\$ 28.955.060 mil
-1,90% no trimestre	-59,93% no trimestre	0,00% no trimestre	-2,67% no trimestre
1T25: 26.264.321	1T25: 495.117	1T25: 2.990.987	1T25: 29.750.425

Indicadores Regulamentares de Riscos:

	Conglomerado Prudencial	
R\$ Mil	Jun 25	Mar 25
Índices		
Patrimônio de Referência (PR) (A+B+C)	3.684.789	3.635.510
Patrimônio de Referência - Nível I (A+B)	2.739.127	2.716.235
Patrimônio de Referência - Nível II (C)	945.662	919.275
A. Capital Principal (A)	2.627.650	2.601.245
Patrimônio Líquido	3.731.213	3.647.272
Ajustes Prudenciais	(1.103.563)	(1.046.027)
B. Capital Complementar	111.477	114.990
Dívidas subordinadas	111.477	114.990
C. Nível II	945.662	919.275
Dívidas subordinadas	945.662	919.275
Ativo Ponderado Pelo Risco (RWA)	28.955.060	29.750.425
Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito	25.765.656	26.264.321
Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado	198.417	495.117
Ativos Ponderados pelo Risco Operacional	2.990.987	2.990.987
Índice de Basileia	12,73%	12,22%
Mínimo Requerido	10,50%	10,50%
Índice de Nível I	9,46%	9,13%
Mínimo Requerido	8,50%	8,50%
Índice de Capital Principal	9,07%	8,74%
Mínimo Requerido	7,00%	7,00%
Razão de Alavancagem	5,79%	5,25%
Patrimônio de Referência - Nível I	2.739.127	2.716.235
Exposição Total	47.314.320	51.776.173
Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	585,42%	274,50%
Mínimo Requerido	100,00%	100,00%

Conforme disposto na Resolução 4.958/21 o Conglomerado Prudencial do Bmg, apura o Adicional de Capital Principal, nos moldes definidos pelo BACEN conforme abaixo:

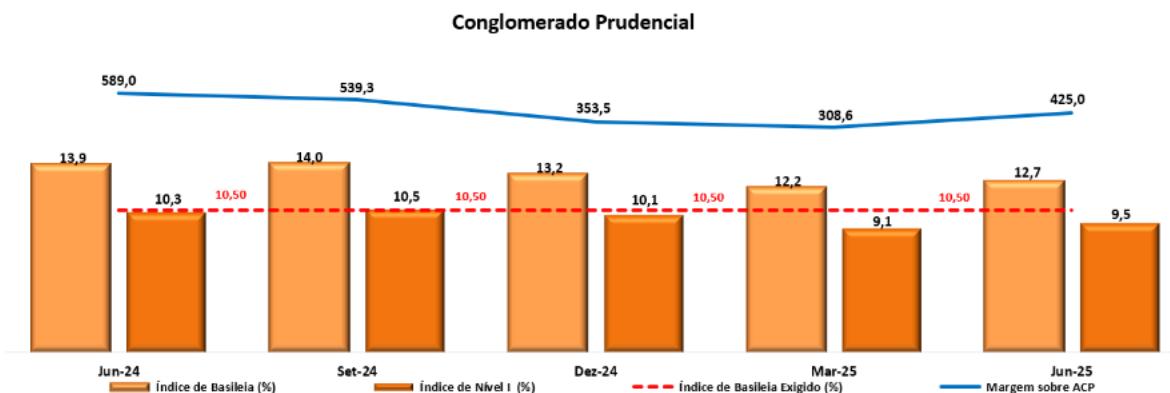
- ✓ Resolução 4.958/2021 – 2,0% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022 e 2,5%, a partir de 1º de abril de 2022;
- ✓ Circular 3.768/2015 – estabelece metodologia para apuração da parcela de Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal; e
- ✓ Circular 3.769/2015 – estabelece metodologia para apuração da parcela de Adicional Contracíclico de Capital Principal.

Gerenciamento de Riscos

2T25

Acompanhamento dos Índices e Margem

Apresentamos a seguir a evolução dos índices e margem:



A suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração do Índice de Basileia, que neste período foi de 12,7%, índice acima dos níveis definidos pelo Bacen e considerados satisfatórios pelo Conglomerado Prudencial do Bmg. A margem sobre o Patrimônio de Referência considerando IRRBB, atingiu R\$425 milhões, montante considerado adequado pelo Conglomerado Prudencial do Bmg.

5.2 IRRBB

O Banco Central do Brasil por meio da circular nº 3.876 de janeiro de 2018 dispõe sobre a metodologia para o cálculo do valor de PR mantido para a cobertura de risco na variação das taxas de juros nas carteiras bancárias (IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*). A circular define duas métricas como referências para a definição do IRRBB:

- 1) ΔEVE - Variação no valor econômico da carteira bancária dado um choque nas taxas de juros.
- 2) ΔNII – Variação no resultado de intermediação financeira dentro do período de 1 Ano dado choque nas taxas de juros

De modo conservador Grupo Financeiro Bmg destaca como PR o maior valor entre ΔEVE e ΔNII , por ser um choque estático nas exposições os valores aqui demonstrados não consideram a dinâmica de reação da tesouraria frente à possíveis variações nas taxas de mercado. Os cenários de choque nas taxas utilizado nos cálculos seguiram os cenários padronizado definidos pela Circular nº 3.876 de janeiro de 2018 em seu anexo I.

Abaixo apresentamos os valores apurados para alocação de capital necessário para cobertura deste risco:

Data-base	Conglomerado Prudencial			
	ΔEVE		ΔNII	
	Jun 25	Mar 25	Jun 25	Mar 25
Cenário paralelo de alta	219.973	227.709	81.161	111.860
Cenário paralelo de baixa	(264.207)	(264.943)	(123.953)	(141.531)
Variação máxima	219.973	227.709	81.161	111.860
Data-base	Jun 25		Mar 25	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.739.127		2.716.235	

A apuração do IRRBB foi exigida a partir de janeiro de 2020, conforme circular nº 3.876 de janeiro de 2018.

O valor destacado no PR para a cobertura do IRRBB em junho de 2025 foi de R\$219.973, o BACEN considera como Outlier instituições que tem mais de 15% de seu PR destacado para a cobertura deste risco, deste modo o Grupo Financeiro Bmg está abaixo da linha de outlier.

6. Exposição ao Risco de Crédito

Apresentamos a seguir as principais exposições ao risco de crédito, que contemplam as operações de crédito (liquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa), avais, fianças, compromissos de crédito, transações de pagamento, coobrigações e demais operações com características de concessão de crédito:

6.1 Principais Exposições ao Risco de Crédito

As exposições foram segmentadas por fator de ponderação, por região geográfica, por setor econômico e por prazo a decorrer das operações.

Por fator de ponderação e região geográfica:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Exposição	Jun 25	Mar 25
Por FPR		
FPR de 0%	1.625.352	1.690.776
FPR de 20%	462	7.181
FPR de 25%	-	12.954
FPR de 45%	2.338.001	2.401.823
FPR de 50%	2	5
FPR de 65%	148.230	153.646
FPR de 75%	23.581.575	24.782.453
FPR de 85%	866.011	1.132.299
FPR de 100%	1.803.373	2.042.188
FPR de 150%	218.450	263.061
Por Região Geográfica		
Centro-Oeste	1.978.812	2.010.904
Nordeste	6.591.481	6.698.388
Norte	2.203.486	2.239.208
Sudeste	14.668.635	14.967.167
Sul	2.788.059	2.833.270
Exterior	2.350.983	3.737.449
TOTAL	30.581.456	32.486.386

Por setor econômico:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Exposição	Jun 25	Mar 25
Indústria	256.749	277.086
Comércio	203.736	132.382
Intermediários Financeiros	354.120	158.036
Pessoa Física	27.784.696	29.903.576
Outros Serviços	1.982.155	2.015.306
TOTAL	30.581.456	32.486.386

Por prazo a decorrer das operações:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Exposição	Jun 25	Mar 25
Até 6 meses	8.010.421	5.925.394
De 6 meses a 1 ano	2.699.240	2.017.172
De 1 a 5 anos	6.536.288	5.450.761
Acima de 5 anos	13.335.507	19.093.059
TOTAL	30.581.456	32.486.386

Gerenciamento de Riscos

2T25

6.2 Cem Maiores Exposições

A seguir apresentamos a exposição dos cem maiores clientes em relação ao total de operações com características de concessão de crédito:

R\$ Mil	Jun 25	%	Conglomerado Prudencial	Mar 25	%
Maior Devedor	152.789	0,6%	155.752	0,6%	
10 Maiores Devedores	681.998	2,8%	726.499	2,7%	
20 Maiores Devedores	965.737	3,9%	1.132.713	4,2%	
50 Maiores Devedores	1.481.409	6,0%	1.838.907	6,9%	
100 Maiores Devedores	1.795.909	7,3%	2.353.175	8,8%	

6.3 Evolução da Carteira

A seguir apresentamos as operações em atraso, segregadas por faixas de prazo, região geográfica e setor econômico:

Por faixas de prazo e região geográfica:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Operações em Atraso	Jun 25	Mar 25
Por Prazo		
Até 30 dias	188.950	348.919
De 31 a 60 dias	198.360	226.896
De 61 a 90 dias	166.748	160.645
De 91 a 180 dias	392.971	513.784
De 181 a 360 dias	335.490	361.406
Por Região Geográfica		
Centro-Oeste	748	733
Nordeste	1.346	1.466
Norte	150	183
Sudeste	741.763	799.025
Sul	1.047	1.099
Exterior	537.465	809.144
TOTAL	1.282.519	1.611.650

Por setor econômico:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Operações em Atraso	Jun 25	Mar 25
Indústria	513	645
Comércio	10.773	13.538
Intermediários Financeiros	513	645
Pessoa Física	1.250.456	1.571.358
Outros Serviços	20.264	25.464
TOTAL	1.282.519	1.611.650

Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Abaixo movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no período:

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial	
Movimentação da PCLD	Jun 25	Mar 25
Saldo inicial	1.131.975	1.131.975
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	1.261.311	1.261.311
Constituição Líquida	876.257	491.039
(Reversão/baixa) de provisão	(1.299.190)	(653.453)
Saldo final	1.970.353	2.230.872

6.4 Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito

Para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito o Grupo Financeiro Bmg pode utilizar garantias financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016.

A seguir apresentamos os valores de exposição, bem como o fator de ponderação com mitigador:

Mitigador	Valor da Exposição		FPR	Conglomerado Prudencial	
	Jun 25	Mar 25		Jun 25	Mar 25
Repasses de descontos em folha	4.049.516	4.011.251	50%	2.024.758	2.005.626
Títulos públicos	3.684.253	7.951.903	0%	0	0
FGTS - Saques-aniversário	667.147	1.897.883	50%	333.574	948.942
Programa Emergencial de acesso a Crédito (PEAC)	15.218	21.000	50%	7.609	10.500
Garantias providas por seguradoras	29.737	26.606	85%	25.276	22.615
Desenrola	2.903	3.782	0%	0	0
TOTAL	8.448.774	13.912.425		2.391.217	2.987.683

7. Risco de Mercado

7.1 Carteira de Negociação

Abaixo informações relativas às operações classificadas na carteira de negociação (*Trading*).

Cateira Trading	Jun 25		Mar 25	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de Risco				
Prefixado	2.962.274	(3.008.057)	3.947.055	(2.880.140)
CDI	3.178.263	-	2.874.396	(1.115.194)
TOTAL	6.140.537	(3.008.057)	6.821.451	(3.995.334)

7.2 Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo informações sobre o total da exposição a instrumentos financeiros derivativos, por categoria de fator de risco de mercado, segmentadas entre posições compradas e vendidas e segregado por operações realizadas por conta própria, com e sem contraparte central:

Mercado de Bolsa (Brasil)	Mercado de Balcão (Brasil)			Jun 25
	Comprado	Vendido	Valor Líquido	
Fatores de Risco				
Taxa de Juros	20.160.038	15.647.030	4.513.008	2.574.914
PRE	745.272	14.201.692	(13.456.420)	45.397
CDI	18.080.037	1.445.338	16.634.699	2.529.517
IPCA	1.334.729	-	1.334.729	-
Taxa de Câmbio	58.551	3.236.831	(3.178.280)	1.738.218
Câmbial	58.551	3.236.831	(3.178.280)	1.738.218

Mercado de Bolsa (Brasil)	Mercado de Balcão (Brasil)			Mar 25
	Comprado	Vendido	Valor Líquido	
Fatores de Risco				
Taxa de Juros	18.543.302	13.665.184	4.878.118	1.006.619
PRE	2.978.232	11.669.979	(8.691.746)	379.236
CDI	14.806.011	1.995.205	12.810.805	627.383
IPCA	759.059	-	759.059	436.124
Taxa de Câmbio	4.119.059	(4.119.059)	2.020.232	689.772
Câmbial	4.119.059	(4.119.059)	2.020.232	689.772

7.3 VaR – Conglomerado Prudencial do Bmg

O modelo interno de apuração do Valor em Risco do Conglomerado Bmg, considera o horizonte de tempo de 1 dia com grau de confiança de 99%.

As volatilidades são estimadas dando o maior peso para as informações mais recentes.

O quadro abaixo apresenta o VaR por grupos de Produtos:

VaR por Grupos de Produtos:	Jun 25		Mar 25
	Ativo	Passivo	
Derivativos	48.894	-	48.051
Disponibilidades e Aplicações	8.205	-	7.452
Obrigações por Emissões de TVM e Similares	68.994	-	25.930
Operações de Crédito	71.906	-	72.327
Empréstimos e Repasses	438	-	76.566
Compromissadas	37	-	-
TVM	66.176	-	76.084
Efeito Diversificação	(240.678)	-	(253.405)
VaR Total	23.972	-	53.005

7.4 Análise de Sensibilidade

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas a variação cambial	507	1.268	2.536
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas a variação de taxas de juros pré-fixadas	(57.853)	(144.632)	(289.264)
Cupom cambial	Exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(8.518)	(21.294)	(42.588)
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons de índices de preços	7.436	18.591	37.182
Total		(58.428)	(146.067)	(292.134)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.	Aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.	Aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.	Aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

Anexos – Tabelas Resolução BCB N°54/20

Tabela CC1 - Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR			
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	3.742.571	(e)
2	Reservas de lucros	56.139	(f)
3	Outras receitas e outras reservas	(66.551)	(g) + (i)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	104	(h)
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	3.732.263	
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	57.888	
9	Ativos intangíveis	601.121	(a)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	454.799	(k)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	5.139	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	1.050	(j)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	507.925	

Gerenciamento de Riscos

2T25

22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(523.309)	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	523.309	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	1.104.613	
29	Capital Principal	2.627.650	
Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado²
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	111.477	(c)
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	111.477	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	111.477	

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	111.477	
45	Nível I	2.739.127	
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	945.662	(d)
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	945.662	
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	945.662	
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	3.684.789	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	28.955.060	

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	9,07%	
62	Índice de Nível I (IN1)	9,46%	
63	Índice de Basileia (IB)	12,73%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,50%	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACP Conservação	2,50%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACP Contracíclico	0,00%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0,00%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	0,96%	
Número da linha	Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	369.068	
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado ²
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

Gerenciamento de Riscos

2T25

Tabela CCA - Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG	Banco BMG	Banco BMG	Banco BMG	Banco BMG	Banco BMG
2	Identificador único	LFSN19002H3	LFSC19002HS	LFSC19002HT	LFSC19002CA	LFSC19002CB	LFSC19002CC
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192 /01.03.2013	Resolução 4192 /01.03.2013	Resolução 4192 /01.03.2013	Resolução 4192 /01.03.2013	Resolução 4192 /01.03.2013	Resolução 4192 /01.03.2013
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II	Capital Complementar				
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada	Letra Financeira Subordinada	Letra Financeira Subordinada	Letra Financeira Subordinada	Letra Financeira Subordinada	Letra Financeira Subordinada
8	Valor reconhecido no PR	-	8.647.785	9.452.620	9.516.593	9.516.593	9.516.603
9	Valor de face do instrumento	5.000.000	8.327.476	9.102.500	9.164.104	9.164.104	9.164.113
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado	Passivo – custo amortizado	Passivo – custo amortizado	Passivo – custo amortizado	Passivo – custo amortizado	Passivo – custo amortizado
11	Data original de emissão	13/03/2019	09/04/2019	09/04/2019	09/04/2019	09/04/2019	09/04/2019
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo
13	Data original de vencimento	13/03/2026	Sem Vencimento				
14	Opcão de resgate ou recompra	Não aplicável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	Não aplicável	5 Anos a partir da emissão				
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	CDI 124%	SELIC 130%				
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSC19002CD	LFSC19002CE	LFSC19002C8	LFSC19002C9	LFSC19002YH	LFSC190039K
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192 /01.03.2013					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Capital Complementar					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	2.412.120	24.268.653	311.539	4.393.787	1.547.099	3.550.468
9	Valor de face do instrumento	2.322.777	23.369.756	300.000	4.231.043	1.531.399	2.500.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	09/04/2019	09/04/2019	09/04/2019	09/04/2019	25/04/2019	02/05/2019
12	Perpétuo ou com vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo
13	Data original de vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa da remuneração e índice referenciado	SELIC 130%	IPCA + 6,67% a.a				
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSC19003F5	LFSC19003F8	LFSC19003W6	LFSC190046W	LFSC19004CG	LFSC19004NK
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192 /01.03.2013					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Capital Complementar					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	3.546.980	3.073.007	2.042.901	508.928	507.852	1.519.264
9	Valor de face do instrumento	2.500.000	3.000.000	2.000.000	500.000	500.000	1.500.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	07/05/2019	10/05/2019	16/05/2019	23/05/2019	28/05/2019	03/06/2019
12	Perpétuo ou com vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo
13	Data original de vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	IPCA + 6,60% a.a	SELIC 130%				
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa, discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSC19004NR	LFSC19004NS	LFSC19004NU	LFSC190054G	LFSC190054H	LFSC1900971
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192 /01.03.2013					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Capital Complementar	Nível II				
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	2.123.972	5.765.067	606.849	1.007.855	503.928	3.698.169
9	Valor de face do instrumento	2.100.000	5.700.000	600.000	1.000.000	500.000	10.000.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	05/06/2019	05/06/2019	05/06/2019	12/06/2019	12/06/2019	21/06/2019
12	Perpétuo ou com vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Com Vencimento
13	Data original de vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	22/06/2026
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão	Não aplicável				
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	SELIC 130%	CDI 122%				
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSN19009YU	LFSC19005QH	LFSC19005QI	LFSC19005QJ	LFSC19005QK	LFSC19005QS
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192 /01.03.2013					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II	Capital Complementar				
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	738.968	850.590	600.417	600.417	1.000.717	2.500.000
9	Valor de face do instrumento	2.000.000	850.000	600.000	600.000	1.000.000	2.500.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	26/06/2019	27/06/2019	27/06/2019	27/06/2019	27/06/2019	28/06/2019
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo
13	Data original de vencimento	26/06/2026	Sem Vencimento				
14	Opcão de resgate ou recompra	Não aplicável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	Não aplicável	5 Anos a partir da emissão				
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	CDI 122%	SELIC 126%	SELIC 126%	SELIC 126%	SELIC 130%	SELIC 130%
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSC19005W0	LFSN1900BNY	LFSC19006CP	LFSC19006CQ	LFSC19006I9	LFSC190074J
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192 /01.03.2013					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Capital Complementar	Nível II	Capital Complementar	Capital Complementar	Capital Complementar	Capital Complementar
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	300.000	859.195	322.015	322.015	321.646	319.158
9	Valor de face do instrumento	300.000	1.000.000	300.000	300.000	300.000	300.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	28/06/2019	15/07/2019	19/07/2019	19/07/2019	22/07/2019	09/08/2019
12	Perpétuo ou com vencimento	Perpétuo	Com Vencimento	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo	Perpétuo
13	Data original de vencimento	Sem Vencimento	16/07/2029	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento	Sem Vencimento
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Não aplicável	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão	Não aplicável	5 Anos a partir da emissão			
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	SELIC 126%	SELIC 124%	SELIC 126%	SELIC 126%	SELIC 126%	SELIC 126%
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa, discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013	Situações previstas no Artigo 17 Inciso XV, da Resolução nº 4192/2013
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSN22008YH	LFSN22008YC	LFSN22008YD	LFSN22008YF	LFSN22008YE	LFSN22008YG
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4955 /21.10.2021					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	493.899	197.580.239	8.232.510	8.235.357	197.648.561	494.070
9	Valor de face do instrumento	300.000	120.000.000	5.000.000	5.000.000	120.000.000	300.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	28/06/2022	28/06/2022	28/06/2022	28/06/2022	28/06/2022	28/06/2022
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento
13	Data original de vencimento	28/06/2034	30/06/2032	30/06/2032	30/06/2034	30/06/2034	28/06/2032
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa da remuneração e índice referenciado	PRÉ 18,15%					
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatária	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSN2200C70	LFSN2200CCI	LFSN2200CI1	LFSN2200CNO	LFSN2200CNP	LFSN2200CNQ
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4955 /21.10.2021					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	44.472.505	88.844.582	88.801.704	266.955	2.669.554	1.334.046
9	Valor de face do instrumento	50.100.000	100.200.000	100.200.000	300.000	3.000.000	1.500.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	03/11/2022	04/11/2022	07/11/2022	08/11/2022	08/11/2022	09/11/2022
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento
13	Data original de vencimento	05/11/2029	05/11/2029	07/11/2029	08/11/2029	08/11/2029	09/11/2029
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa da remuneração e índice referenciado	CDI 100%+3,92%	CDI 100%+3,92%	CDI 100%+3,92%	CDI 100%+4,66%	CDI 100%+4,66%	CDI 100%+4,66%
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSN2200CT6	LFSN2300W3O	LFSN2300W3N	LFSN2300W3L	LFSN2300XN5	LFSN2300XN6
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4955 /21.10.2021					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	889.364	3.891.254	5.825.415	4.610.799	2.745.050	2.053.435
9	Valor de face do instrumento	1.000.000	4.800.000	7.200.000	5.700.000	2.400.000	1.800.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	09/11/2022	31/05/2023	31/05/2023	31/05/2023	07/06/2023	07/06/2023
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento
13	Data original de vencimento	09/11/2029	31/05/2030	31/05/2030	31/05/2030	01/07/2030	01/07/2030
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa da remuneração e índice referenciado	CDI 100%+4,66%	CDI 128%	PRÉ 14,8%	PRÉ 14,8%	PRÉ 14,2%	PRÉ 14,5%
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSN2300XN7	LFSN2300XN8	LFSN2300YVL	LFSN2300YVM	LFSN2300YVN	LFSN23010KP
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4955 /21.10.2021					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	4.472.304	2.777.229	4.783.432	4.804.268	347.154	13.325.012
9	Valor de face do instrumento	3.900.000	2.400.000	4.200.000	4.200.000	300.000	11.700.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	07/06/2023	07/06/2023	14/06/2023	14/06/2023	14/06/2023	21/06/2023
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento
13	Data original de vencimento	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa da remuneração e índice referenciado	PRÉ 14,8%	CDI 128%	PRÉ 14%	PRÉ 14,5%	CDI 128%	PRÉ 14%
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Conversível ou não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível	Não conversível
24	Se conversível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se conversível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Número da linha	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)						
1	Emissor	Banco BMG					
2	Identificador único	LFSN23010KQ	LFSN23010KR	LFSN23011T5	LFSN23011T6	LFSN23011T7	LFSN2301A55
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4955 /21.10.2021					
Tratamento Regulatório							
4	Classificação do instrumento como componente do PR durante o tratamento temporário de que trata a Resolução nº 4.955, de 2021.	Não aplicável					
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Nível II					
6	Escopo da elegibilidade do instrumento	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado	Conglomerado
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira Subordinada					
8	Valor reconhecido no PR	2.402.085	1.041.461	1.372.592	5.466.564	12.150.376	232.771.539
9	Valor de face do instrumento	2.100.000	900.000	1.200.000	4.800.000	10.500.000	204.900.000
10	Classificação contábil	Passivo – custo amortizado					
11	Data original de emissão	21/06/2023	21/06/2023	28/06/2023	28/06/2023	28/06/2023	05/09/2023
12	Perpétuo ou com vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento	Com Vencimento
13	Data original de vencimento	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030	01/07/2030	06/09/2033
14	Opcão de resgate ou recompra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	5 Anos a partir da emissão					
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Remuneração/Dividendos							
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo	Fixo
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	PRÉ 14,5%	CDI 128%	PRÉ 14%	PRÉ 14,5%	CDI 128%	CDI 100%+4,12%
19	Possibilidade de suspensão de pagamento de dividendos	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Completa desincorporade, desincorporade parcial ou mandatária	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório	Mandatório
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
23	Convertível ou não convertível	Não convertível	Não convertível	Não convertível	Não convertível	Não convertível	Não convertível
24	Se convertível, em quais situações	Não aplicável					
25	Se convertível, totalmente ou parcialmente	Não aplicável					
26	Se convertível, taxa de conversão	Não aplicável					
27	Se convertível, conversão obrigatória ou opcional	Não aplicável					
28	Se convertível, especificar para qual tipo de instrumento	Não aplicável					
29	Se convertível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não aplicável					
30	Características para a extinção do instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31	Se extinguível, em quais situações	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021	Situações previstas no Artigo 20 Inciso X, da Resolução nº 4955/2021
32	Se extinguível, totalmente ou parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
33	Se extinguível, permanentemente ou temporariamente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
34a	Tipo de subordinação	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual	Contratual
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata Resolução nº 4.955, de 2021.	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não aplicável					

Gerenciamento de Riscos

2T25

Tabela KM1 - Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

		A - T	A - T	B - T-1	C - T-2	D - T-3
		Jun 25	Mar 25	Dez 24	Set 24	Jun 24
Capital regulamentar - valores						
1	Capital Principal	2.627.650	2.601.245	2.739.467	2.715.800	2.580.535
2	Nível I	2.739.127	2.716.235	2.850.312	2.829.769	2.690.955
3	Patrimônio de Referência (PR)	3.684.789	3.635.510	3.735.761	3.770.118	3.639.778
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente					
3c	Destaque do PR					
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores						
4	RWA total	28.955.060	29.750.425	28.278.822	26.929.070	26.176.048
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	9,07%	8,74%	9,69%	10,09%	9,86%
6	Índice de Nível 1 (%)	9,46%	9,13%	10,08%	10,51%	10,28%
7	Índice de Basileia	12,73%	12,22%	13,21%	14,00%	13,90%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,500%	2,500%	2,500%	2,500%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	2,50%	2,500%	2,500%	2,500%	2,500%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	0,96%	0,63%	2,71%	3,50%	3,40%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	47.314.320	51.776.173	47.710.021	42.339.323	41.954.767
14	RA (%)	5,79%	5,25%	5,97%	6,68%	6,41%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	6.221.070.028	2.668.361.449	8.322.198.211	8.944.394.178	4.113.933.779
16	Total de saídas líquidas de caixa	1.062.674.230	972.066.911	1.233.548.395	2.445.886.258	1.186.835.904
17	LCR (%)	585,42%	274,50%	674,66%	365,69%	346,63%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

Gerenciamento de Riscos

2T25

Tabela OV1 - Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

		RWA		Requerimento mínimo de PR
		a Jun 25	b Mar 25	c Jun 25
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	25.765.655	26.264.321	2.061.252
2	Risco de crédito em sentido estrito	11.631.680	19.233.574	930.534
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	12.433.053	6.691.444	994.644
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)			
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	12.433.053	6.691.444	994.644
9	Do qual: mediante demais abordagens			
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	1.340	228.361	107
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo			
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados			
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada			
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	1.699.582	110.942	135.967
20	Risco de mercado	198.418	495.117	15.874
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	198.418	495.117	15.874
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)			
24	Risco operacional	2.990.987	2.990.987	239.279
27	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	28.955.060	29.750.425	2.316.405

Tabela CR1 - Qualidade creditícia das exposições

	Valor bruto:		Provisões, adiantamentos e rendas a apropiar	Valor líquido (a+b-c)
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
Concessão de crédito	1.494.473	23.252.602	1.949.835	22.797.240
Títulos de dívida	-	1.718.032	-	1.718.032
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	1.718.032	-	1.718.032
dos quais: outros títulos	-	-	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	6.085.283	19.099	6.066.184
Total (1+2+3)	1.494.473	31.055.917	1.968.934	30.581.456

Gerenciamento de Riscos

2T25

Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal

		Total
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	1.165.346
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	480.153
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal	(36.903)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	(201.768)
5	Outros ajustes	(426.245)
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	980.583

Tabela MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

	Fatores de risco	RWAMPAD	
		Jun 25	Mar 25
1	Taxas de juros	192.611	409.268
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	177.835	403.156
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	-	-
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	-	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4) Ajuste associado ao valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA) RWACVA	14.776	6.112
2	Preços de ações (RWAACS)	984	827
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	4.822	85.022
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)		
9	Total	198.417	495.117

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB N° 111, informamos que não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no trimestre atual.